

3.

Geografando as unidades prisionais: a Microgeografia do espaço “enclausurado”

Primeiramente, nesta etapa, trata-se da espacialidade interna das unidades de internação e de prisão. Souza (1999), analisando o perfil populacional do complexo penitenciário de Bangu-RJ, apresenta uma relevante descrição da espacialização interna destas unidades prisionais e, com base em nossas visitas realizadas para o estudo anterior (por exemplo, VASCONCELOS, 2007), acreditamos ser possível traçar algumas semelhanças referentes aos aspectos estruturais. Assim, segundo Souza (1999), a unidade prisional possui pelo menos quatro tipos de espaços distintos a partir de sua forma e função. Entretanto é importante salientarmos que as configurações estruturais das prisões são bastante diversas, dependendo da proporção do seu tamanho, do número de presos e do número de comarcas das celas, assim como as normas estipuladas pelos detentos podem variar de unidade para unidade e as territorialidades dos presos e da administração também sofrem consideráveis modificações (SANTOS, 2005). Como exemplo empírico, citamos a unidade de internação Escola João Luís Alves (EJLA), que anteriormente era uma escola comum e que foi adaptada para se tornar uma unidade de internação. Desta forma, a estrutura arquitetônica não apresenta semelhanças com as prisões tradicionais, sendo por isso apelidada de “mansão”, muito diferente da unidade Educandário Santo Expedito (ESE), encontrada anexada ao Complexo Penitenciário de Bangu, que guarda estrutura arquitetônica típica das unidades prisionais.

O trabalho de Souza (1999) nos apresenta uma visão bastante geral e didática da estruturação arquitetônica prisional e tendo em vista que nosso objetivo é tão-somente situar o leitor acerca da espacialidade interna das unidades com o fito de esclarecer o peculiar espaço em estudo, esse trabalho nos é bem útil. Inicialmente, Souza (1999) afirma que o primeiro, sem dúvida, o mais importante,

É o espaço destinado aos funcionários da administração interna da prisão, nesse espaço são tomadas as decisões a respeito de seu funcionamento, e são arquivadas a documentação referente aos funcionários e aos internos. É a cabeça do corpo-prisão. É um espaço extremamente restrito, não só aos prisioneiros, como também a alguns funcionários do presídio [referindo-se ao Complexo Penitenciário de Bangu], que não tenham vínculo direto com a administração. (p. 36)

O segundo espaço observado é o da circulação interna. Ele se concretiza nos corredores, rampas, escadas e caminhos de acesso. Esse espaço é tido, pelos internos, como um espaço de liberdade, pois possibilita, mesmo que no interior da prisão e cercado por muros, uma sensação de liberdade manifesta pelo ato de ir e vir (SOUZA, 1999).

O terceiro espaço é o do controle. Este espaço possibilita a quem a ele tem acesso “vigiar as atividades exercidas nos demais espaços, controlando e impedindo quaisquer ações que vão contra a ordem e segurança da prisão.” (SOUZA, 1999, p. 37). Ele está materializado na forma de torres e guaritas que permitem controlar a circulação e a rotina interna da prisão. Nas unidades visitadas, em nosso estudo, este espaço é praticamente inexistente, restringindo-se ao controle na portaria e em alguns locais de circulação dos jovens.

Tanto este último espaço como o primeiro merecem ser tratados com uma atenção especial, pois se qualificam como espaços nevrálgicos do controle que se busca praticar sobre os prisioneiros. Se o primeiro é a cabeça do corpo-prisão, onde são pensadas as estratégias de aprimoramento do controle, o terceiro espaço é justamente a materialização física desse controle, isto é, onde ganham concretude as tentativas e as condutas de controle, dando forma, por assim dizer, a um controle biopolítico.

O último espaço assinalado é o do cárcere; espaço vivido pelo detento. Souza afirma que

É a sua referência espacial, pois torna-se ‘sua casa’, e por isso se torna impregnado de significados e sentimentos de amor e ódio. Materializa-se sob a forma de celas individuais ou coletivas, e nos pátios de banho de sol. Nesse espaço o homem desprovido de sua liberdade vê-se forçado a encarar a si próprio e a sua história. (1999, p. 37).

Com relação a este último espaço foi possível notar o quão dolorido é para o interno a permanência nele, já que é ali que verdadeiramente se depara com a restrição de liberdade e se coloca em reflexão sobre o ato que cometeu e planeja suas futuras ações, muitas vezes em associação com os demais confinados. É aqui também que ele se depara com outra dificuldade: a convivência obrigatória. Neste lugar, o alojamento, o interno toma contato com as experiências de vida de outras pessoas e com o seu modo de pensar.

Através de nossa visita à unidade de internação de crianças e adolescentes EJLA foi possível perceber algumas nuances com relação à estruturação interna das unidades. Percebemos que os agentes tentam tecer algumas relações de confiança com alguns jovens, permitindo uma maior flexibilidade em sua circulação ou em suas formas de relacionamento inter-pessoal com o objetivo de compor um relacionamento menos formal e mais amistoso e, assim, conseguir obter informações importantes para o bom andamento da unidade.

Segundo Goffman (2003), a admissão numa instituição total marca uma série de alterações no cotidiano dos internos. As diversas barreiras, impostas pelas instituições, entre o internado e a comunidade externa assinalam o primeiro impacto. Na vida privada de liberdade, a sequência de horários, a rotina de trabalho, as preferências alimentares são totalmente suprimidas. Outra alteração provocada é a desfiguração pessoal por meio da exclusão da aparência usual, assim como de equipamentos e serviços anteriormente utilizados. Em outras palavras, ocorre a perda do conjunto de identidade da pessoa. Corpo e mente passam gradativamente a compor uma dinâmica de tensão permanente entre o caráter punitivo e disciplinar da instituição e a cultura de valores delinquentes, que pouco a pouco encontra uma colocação na orgânica interna da instituição (CARVALHO, 2003).

Também são responsáveis por essas alterações os empregados dos institutos. O enclausurado é compulsoriamente colocado num processo, ainda que por demais questionável, de reeducação e ressocialização que visam (re)integrá-lo à sociedade, na condição de cidadão consciente e responsável. Estudos apontam que os métodos adotados pela equipe dirigente, em contato direto com os jovens ou adultos

(inspetores, guardas), são abusivos, violentos e inadequados ao processo de re-socialização.

Neste ponto do trabalho torna-se imprescindível assinalar algumas considerações teóricas referentes ao controle político exercido nos interstícios das instituições totais. Carvalho (2003) afirma que “este controle político não é recebido de forma passiva pelos reclusos, visto que o corpo objecto de punição é um corpo subjectivo, agente assimilativo e reactivo, detentor de uma função no espaço social que o envolve.” (p. 6). Portanto, cada interno encontra uma forma de reação ao sistema (punitivo-autoritário) social que o envolve, à medida que define um espaço de manobra social.

Carvalho (2003, p. 6), prossegue afirmando que

O corpo do indivíduo torna-se assim um agente que funciona como intermediário na construção do espaço social. O corpo representa não só um meio privilegiado para a afirmação do meio institucional, mas também um recurso para repudiar essa mesma disciplina autoritária, criando, desta forma, o seu próprio espaço social de acção.

A prisão oferece poder quase que total sobre os detentos, dispõe de mecanismos internos de repressão e de castigo. Ela tende a se potencializar e a se tornar a maquinaria impositiva de uma nova forma ao indivíduo considerado pervertido. O autor supracitado afirma que a prisão funciona com base em três princípios – isolamento, trabalho e privação de liberdade –, que, posto o propósito deste texto, não serão discorridos.

A instituição total possui uma dinâmica própria, peculiar, de sua forma de estruturação, pois se trata de um misto social de comunidade residencial, de organização regulamentada e de espaço de coerção (GOFFMAN, 2003). Sabe-se que a convivência nestes locais é obrigatória, dependendo, na maioria das vezes, da “faccionalização”. Neste sentido, Carvalho afirma que “esta similitude de situações individuais potencia o estabelecimento de relações de poder. Ao partilharem o mesmo contexto social de acção, os indivíduos reclusos estabelecem inter-relações conflituais que contribuem para a estruturação do espaço interno da prisão.” (2003. p. 3). Desta forma “a dinâmica estrutural da instituição total desperta-nos para um quadro menos

visível: o de um esquema de funcionamento sócio-institucional da sociedade informal [da população reclusa], de caráter desvirtuado”. (CARVALHO, 2003, p. 3).

Portanto, nas unidades de internação e nas instituições prisionais os espaços sociais (dormitórios, corredores, refeitório, oficinas) da vida individual não são separados. Eles estão articulados em rede, construindo uma espécie de engrenagem que funciona nas sucessivas transformações da personalidade individual. Tal articulação e relação com os diversos ambientes permitem ao enclausurado experimentar uma realidade nova que o torna, conseqüentemente, diferente em seu modo de interagir com o mundo. Neste contexto, pode-se afirmar que as diversas experiências vivenciadas – privações, punições e convívio – produzem uma espécie de defesa pessoal, através da constituição de um universo socio-informal particular, que é pautado por relações de poder e de (des)entendimento recíproco com os semelhantes. (CARVALHO, 2003). Todos os jovens entrevistados nas unidades de internação afirmaram a importância da divisão do espaço segundo as diferentes facções para impedir brigas e mortes. Ainda que a faccionalização seja entendida como um processo que reafirma o poder do narcotráfico, ela parece ser o único recurso estratégico imediato capaz de manter uma “aparente” segurança no cotidiano da unidade.

3.1.

A Microgeografia: por uma libertação do espaço da clausura

O quadro que traçamos nas linhas acima se refere a espaços que dificilmente tem sua dinâmica e suas facetas reveladas. Neste sentido, entendemos estar, efetivamente, geografando o território do cárcere legal, descobrindo sua configuração territorial mais evidente e importantes informações que permanecem, muitas vezes, “ocultas”. Ao analisarmos o território do cárcere legal estamos, de certa forma, esboçando uma geografia com tonalidades diferentes, em outras palavras, uma geografia pautada pelo estudo de um espaço, teoricamente, limitado, fechado. Vejamos mais detidamente essa proposta de se fazer geografia.

Pensar, ou melhor, estudar os diversos fenômenos espaciais tem sido um dos mais instigantes desafios da história da teoria social. Ainda que não desejassem esclarecer por completo as tramas (sociais, políticas, econômicas, espaciais etc.) que se constituem e se entrelaçam sob o ecúmeno, mas, ao menos, se propunham a colaborar com uma possível compreensão de tais fenômenos. Guiadas por esse intento é correto crer que as propostas metodológicas foram muitas, que as diferentes abordagens teórico-conceituais ora convergiam ora divergiam, assim como os inúmeros pensadores que se agruparam em distintas “escolas” do pensamento em diferentes períodos históricos (científicos) foram sendo gradualmente rotulados segundo o paradigma científico predominante.

É claro que a geografia, como uma legítima ciência social, não escapou ileso a esses diferentes momentos. Rapidamente, é bom salientarmos que a teoria geográfica buscou, durante todo o seu percurso histórico, auxílio para o entendimento do espaço em diversas matrizes teórico-conceituais, como bem nos explica Gomes (2005), configurando a emergência e, talvez a mais importante marca da teoria geográfica contemporânea, a convivência de formas de pensar e de fazer geografia com base em posicionamentos teóricos profundamente opostos¹³, tendo por base procedimentos metodológicos e operacionais bastante distintos. Cabe ainda afirmarmos que mesmo dentro da própria ciência geográfica observamos uma forte disjunção teórico-conceitual, dada a grande dessemelhança operacional nos procedimentos de pesquisa entre os geógrafos “físicos” e “humanos”, oriundas do intenso processo de especialização da ciência moderna, e que acaba por confluir num suposto intransponível “muro” entre uma “geografia humana” e uma “geografia física”. Apesar das valiosas e escassas tentativas de integração entre essas diferentes correntes, a verdade é que ambas se encontram bastante distantes uma da outra, tornando a geografia uma ciência de um nítido corte cultural-natural e, por conseguinte, intensificadora dos paradigmas positivistas, que, segundo Souza Santos (2004), estão em crise.

¹³ Para um amplo e competente entendimento do processo de constituição do pensamento geográfico recomenda-se a leitura da obra de Gomes (2005).

O referido autor, em suas próprias palavras, afirma que “[...] a ciência em geral e não apenas as ciências sociais se pautavam por um paradigma epistemológico e um modelo de racionalidade que davam sinais de exaustão, sinais tão evidentes que podíamos falar de uma crise paradigmática.” (SOUZA SANTOS, 2004. p. 1). Evitando denominar o novo movimento científico emergente de “pós-moderno”¹⁴, o supracitado autor sugere a denominação de “pós-moderno de oposição”, centrado na idéia de que “vivemos em sociedades a braços [dados] com problemas modernos – precisamente os decorrentes da não realização prática dos valores da liberdade, igualdade e solidariedade – para os quais não dispomos de soluções modernas.” (SOUZA SANTOS, 2004. p. 5). Parece que é justamente atendida a esses valores enunciados por Souza Santos – liberdade, igualdade e solidariedade – que a geografia também experimenta o seu processo de “reforma paradigmática”, em meados da década de oitenta com o aporte teórico-conceitual do marxismo e, também, por outro lado, da fenomenologia, em que a geografia, e, obviamente o geógrafo, se encontra, ou pelo menos deveria, cada vez mais conscientizada(o) da responsabilidade de produzir uma verdadeira interpretação (socioespacial) dos fenômenos (socioespaciais), por meio de uma inovadora análise espacial. Sem a intenção de nos determos numa avaliação da história do pensamento geográfico, apontamos que o nosso estudo se constitui numa proposta de análise do espaço geográfico condensada sobre a denominação de “Microgeografia”.

Destarte não podemos escapar, mais uma vez, às palavras do estudioso português, quando ele escreve, em relação ao seu *sui generis* “pós-modernismo de oposição”, a necessidade desse novo paradigma científico “de reinventar a *emancipação social*. [...]” (SOUZA SANTOS, 2004. p. 5, grifos nossos). Entendendo a proposta de Souza Santos como, efetivamente, uma provocação em direção a uma ruptura com o paradigma científico vigente, tanto no domínio das ciências, como também em âmbito social, acreditamos estar muito próximos da proposta paradigmática de Edgar Morin (1999. p. 32/33), ao escrever que

¹⁴ A designação “pós-moderno” para Souza Santos (2004. p. 4) era inadequada, primeiro porque “definia o paradigma pela negativa” e também “porque pressupunha uma seqüência temporal – a idéia de que o novo paradigma só podia emergir depois de o paradigma da ciência moderna ter seguido todo o seu curso.”

[...] O nível paradigmático é o núcleo forte que comanda todos os pensamentos, todas as idéias, todos os conhecimentos, que se produzem sob o seu império. E, de alguma forma, o paradigma dominante até hoje, que começa a ficar um pouco combalido, era um paradigma de disjunção e de redução.

No Brasil, Souza (1997) faz importantes ponderações ao trabalho desenvolvido por Morin, afirmando que o inovador paradigma de complexidade, sugerido por Morin,

Romperia com os raciocínios lineares e reducionistas, incorporando um enfoque que busca interações complexas [...], além de admitir que não apenas a *necessidade* (determinidade), mas igualmente o *acaso* (a contingência, o inesperado) são definidores da dinâmica do mundo real [...]. (1999. p. 47. grifos do autor).

Com isso, estaríamos convocados a

Aceitar abandonar o paraíso ilusório das soluções prontas e fechadas, das explicações transculturais, eternas e universais, para nos exilarmos no mundo concreto, cuja apreensão é muito mais difícil e nos exige mais flexibilidade e, ao mesmo tempo, mais humildade. (SOUZA, 1997. p. 51).

Conquanto observando o atual panorama científico e social de ângulos diferentes, enxergamos em ambos os autores, Souza Santos e Morin, uma profunda convergência em suas proposições. Na obra desses dois estudiosos torna-se evidente o anseio de abandonar o atual estágio paradigmático científico, tido por ambos como insuficientes e ultrapassados, para perfilhar uma renovada e reformada ciência, ciente de seus limites epistemológicos, e que a despeito das disputas identitárias (Norte x Sul; “west x the rest” etc), seja capaz de se realizar sem a sujeição/subalternização/discriminação de outras formas de conhecimento¹⁵. Todavia entendemos que o traço mais marcante dessas proposições é a colocação de desafio de fazer ciência (social) com nítidos objetivos de promoção social, ou seja, uma ciência, que consciente de suas atribuições com o restante da sociedade, se coloque como promotora de uma maior justiça social.

¹⁵ Com relação a essa disputa identitária Souza Santos (2004. p. 6), com os conscientes olhos europeus, chega a afirmar que “O meu apelo a aprender com o Sul – entendendo o Sul como uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo – significava precisamente o objetivo de reinventar a emancipação social indo mais além da teoria crítica produzida no Norte e da práxis social e política que ela subscrevera”.

A nossa idéia de Microgeografia está diretamente relacionada à possibilidade de praticar uma análise espacial de maneira transescalar, ainda que o vocábulo “micro”, num primeiro momento, remeta apenas ao estudo “fechado” de espaços fechados, ou seja, o território de clausura legal por si só, ou apenas a espaços de pequena dimensão espacial, como já aventado por outros autores (SOUZA, 2006; GOMES, 2006).

Observando o atual panorama socioespacial cotidiano global é quase que improvável não sermos atraídos a pensar em termos que remetem a globalização: internet, mundialização, aldeia global, crise econômica mundial, diluição das fronteiras nacionais etc são ininterruptamente vociferadas. Destarte somos convidados a, cada vez mais, nos inserirmos nessa hodierna dinâmica “globalizante”. Por conseguinte, ao que tudo parece indicar, teríamos como dimensão teórica de maior relevo e maior importância explicativa para os fenômenos socioespaciais a escala global, afinal é nessa escala que circulam os grandes capitais financeiros que controlam grande parte das somas de investimentos mundiais e é lá também que trafega a grande maioria das informações que guiam a vida de expressiva parte da população e das empresas mundiais, ou ainda é para lá que se dirigem os maiores empresários (os *jet-setters*) em meio às suas transações.

Contudo, acreditamos que a realidade seja um tanto diferente do panorama descrito acima. Por mais que o mundo, por intermédio do excepcional avanço reticular das tecnologias de comunicação e informação, esteja se configurando de maneira mais “compacta”, mais “próxima”, e a despeito do desigual acesso mundial a essas tecnologias, entendemos que a escala global não passa de uma “metáfora escalar”, fazendo com que a escala local se encontre um pouco à sombra, com sua importância teórico-conceitual dirimida em nome dos processos globais. Neste sentido, o que estamos propondo é uma reavaliação da escala local, ou seja, uma revisão dos parâmetros que permitem a ocorrência dos eventos socioespaciais que, em grande medida, são condicionados ou condicionantes em escala local. Conforme Abreu (s/d. p. 3) escreve, “é nessa escala que se encontra o detalhe, a filigrana, a conjuntura, o registro, enfim, de todo um processo social que só ganha concretude e

substância quando a ele é incorporado a vivência, o cotidiano, as lutas, as vitórias e as derrotas daqueles que nele estiveram envolvidos.”

Ademais não podemos esquecer que o desenvolvimento dos chamados “meios de produção globais” requer uma íntima relação entre os centros de comando (que parecem estar fixados simultaneamente sobre diversos pontos do planeta) e os centros de execução (dotados de uma menor “globalidade” já que estão diretamente fixados a um(ns) ponto(s) específico(s) do planeta). É justamente isso que Santos (2006) nos mostra ao escrever que no atual meio técnico-científico-informacional é cada vez mais imperioso fazermos a distinção entre a escala de realização das ações e a escala de seu comando, já que “[...] muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é *localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra.*” (p. 80. grifo nosso).

Pensar a realidade em termos globais é algo válido, talvez, em termos explicativos, pois o que se pretende mostrar com essa metáfora é a possibilidade de alguma mercadoria, informação ou o que quer que seja, estar presente em mais de um lugar, simultaneamente ou não. Exemplificando: por meio da internet uma dada informação pode circular e ser vista nos mais diversos pontos do planeta, entretanto o seu acesso só pode ser efetuado em um determinado ponto do território, obrigatoriamente. Estamos, impreterivelmente, vinculados ao nosso espaço imediato, ao nosso lugar, assim como as “informações globais” só informam quando se tornam presentes no lugar, quando são acessadas localmente. Ou então estaríamos concordando com o processo de desterritorialização, apontado por Haesbaert (2006). Nos parece que a possibilidade de viver com base numa multiterritorialidade, em que devemos priorizar a experiência combinada de múltiplos territórios, mais “flutuantes” ou mais “convencionais”, numa clara demonstração das diferentes geometrias do poder, parece obscurecer ou mesmo confundir a pré-condição de se estar territorialmente fixado para que se consiga viver.

Todavia, outro grande equívoco seria pensar a realidade apenas na escala local. Entendemos que a realidade a ser pesquisada é sempre resultado de um feixe de

interações socioespaciais provenientes de diversas escalas, o que significa dizer que estamos compulsoriamente compelidos a contemplar o maior número possível de elementos que condicionam, direta ou indiretamente, nosso objeto de estudo, seja ele qual for. O enfoque exacerbado na escala local abre brecha para a ocorrência de acertadas críticas, constituindo o manifesto anti-localista (BRANDÃO, 2003; 2007). Segundo Brandão (2003. p. 1) “esta ‘endogenia exagerada’ das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem auto-controle sobre o seu destino e procura promover sua *governança* virtuosa lugareira.” Ainda na opinião do mesmo autor, acerca da “ilusão localista”

[...] Aceitando essas visões [de sobrevalorização da escala local] se caminha para amplas possibilidades de desenvolvimento, baseado na vontade de autonomia e de auto-controle de decisões cruciais. O certo é que a capacidade de ter centros de controle e de decisão internos à localidade, tendo por base a própria dinâmica endógena é bastante questionável. Qualquer embate com estas visões ingênuas e voluntaristas deve partir das determinações mais profundas de um regime social de produção – capitalismo – que necessariamente leva às últimas conseqüências a mercantilização e o aprofundamento recorrente da divisão social do trabalho em todas as possíveis dimensões temporais e escalas espaciais. (BRANDÃO, 2003. p. 4)

Cientes e de acordo com as críticas anti-localistas, acreditamos que o mais correto é a adoção de uma abordagem *transescalar*. Pensar a partir do local, ou seja, a partir do objeto real de exame não pode impedir de vislumbrar que esse mesmo objeto é também construído dialeticamente por fatores que não se limitam a escala local. Citamos, à guisa de exemplificação, nosso estudo sobre as unidades de internação para jovens infratores da cidade do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 2007). À primeira vista este tema estaria nitidamente fadado a ser desenvolvido sob os limites murados das instituições em que são colocados os jovens, identificando os espaços de lazer, de reclusão e as territorialidades “juvenis” que por ventura lá se constituíssem. Contudo a realidade é bem diferente. A dinâmica socioespacial interna que se revelou para nós só poderia ser entendida se nos remetêssemos constantemente à realidade criminal “além-muros”, uma vez que os territórios construídos são diretamente controlados pelas diretrizes das facções criminosas que comandam a comercialização do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Por conseguinte era

impossível realizarmos nossa pesquisa apenas considerando os aspectos internos, mas estabelecendo um intenso diálogo interno-externo.

Em meio a esta discussão é por demais salutar entendermos qual o papel da (micro)Geografia neste contexto de reavaliação e reconsideração da dimensão escalar nas suas pesquisas. Façamos, então, uma pequena viagem rumo ao reconhecimento da escala pela metodologia historiográfica a fim de pensarmos melhor quais os valiosos atributos proporcionados por uma abordagem científica atenta aos aspectos escalares. Portanto as linhas seguintes têm como intuito estabelecer um exame crítico da micro-história com vista a colaborar com o nosso projeto de uma “Microgeografia”.

Auxiliados pelas palavras do historiador Jacques Revel, que escreve pensando sobre o projeto da micro-história, entendemos que na História um processo de reconstrução científica também esteve em curso e ainda se faz sentir. Até meados da década de setenta e oitenta, segundo Revel (1998. p. 18), os historiadores

[...] Consideravam que a escala de observação não constituía uma das variáveis da experimentação porque supunham, ao menos tacitamente, uma continuidade de fato do social que autorizava a justapor resultados cujo arranjo não parecia constituir problema: a paróquia, o conjunto regional ou o departamento, a cidade ou a profissão pareciam assim poder servir de quadros neutros, aceitos tal como eram recebidos, para a acumulação de dados.

No período assinalado este modelo de história social entra em crise, exatamente no mesmo momento em que a evolução, tanto da tecnologia quanto da ciência, fazia sentir seus efeitos sobre “[...] os grandes paradigmas das ciências sociais”. Em meio a essa situação, Revel (1998. p. 19) afirma

A dúvida que nesses mesmos anos assaltou nossas sociedades, defrontadas com formas de crise que elas não conseguiam compreender e muitas vezes nem mesmo descrever, contribuiu sem dúvida para difundir a convicção de que o projeto de uma inteligibilidade global do social devia ser – ao menos provisoriamente [mas que, no nosso entender, se mantém até hoje] – posto entre parênteses [ou aspas].

Sem a intenção de traçarmos um paralelo entre o estudo de Revel sobre a micro-história e a presente pesquisa é curioso observarmos a importância da escala para os estudos históricos. O “fenômeno escalar” ocorrido na História, ainda que

talvez não nos sirva de exemplo comparativo para o caso da geografia, faz emergir importantes questões em nossa pesquisa, iluminando alguns aspectos considerados fundamentais para a “microgeografia”. Debruçaremos-nos sobre elas a seguir.

Primeiramente, Revel (1998) afirma que a micro-história é profundamente distinta em suas intenções e em seus procedimentos, com isso a “escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento.” (p. 20).

Ainda tratando do projeto da micro-história, Revel se baseia nas observações feitas por E. Grandi, em 1977, para tratar das mudanças metodológicas desenvolvidas na História através da passagem da escala “macro” para a escala “micro” de observação. Escreve Revel (1998. p. 21) que

E. Grandi observa que a história social dominante, tendo decidido organizar seus dados dentro das categorias que permitem sua agregação máxima (níveis de fortuna, profissões etc.) deixa escapar tudo o que diz respeito aos comportamentos e a experiência social, à constituição de identidades de grupos, e se proíbe, por força de seu próprio método de trabalho, de integrar dados os mais diversificados possíveis.

Esta proposta de Revel nos parece bastante interessante, contudo mais algumas precauções têm de ser tomadas a fim de não realizarmos um mero transplante do quadro analítico da História para a Geografia. Pensando em termos geográficos acreditamos que a adoção de procedimentos metodológicos que permitam uma observação mais minuciosa da realidade que se estuda só pode ser alcançada quando o pesquisador está assente de que o seu fenômeno, obrigatoriamente, possui uma dimensão espacial e, principalmente, que é no espaço que se poderá visualizar o seu desdobramento. Numa aproximação com a realidade, não podemos pretender que o espaço se transforme numa espécie de “container” limitador, da realidade socioespacial, mas é nele que a realidade socioespacial se torna palpável e, por outro lado, é aqui, no lugar, que as influências externas de escalas mais amplas (regional, nacional etc.) ganham concretude. Outro historiador, também muito ligado à *microstoria*, é Bernard Lepetit. No que tange à questão da escala na micro-história é apontado por Lepetit (1998. p. 100) o fato de que

Nesse processo, a escolha de uma escala particular tem como efeito modificar a conformação e a organização dos objetos. Entretanto, nenhuma escala desfruta de um privilégio especial. Os macrofenômenos não são menos reais, os microfenômenos não são mais reais (ou inversamente): não há hierarquia entre eles. As representações em diferentes escalas não são projeções da realidade que se encontrariam por detrás delas.

Portanto é possível apreender que a escala local não é e não pode ser tomada como mais verdadeira ou mais real, ela tem de ser encarada como a escala que possibilita uma melhor “aproximação” com o objeto em estudo, dependendo do fenômeno que se pretende estudar. Não é correto inferirmos que a escala local compreende ou proporciona uma riqueza teórico-conceitual superior às demais. É fundamental também que não nos deixemos levar pela ideia de uma independência da escala local em relação às escalas supralocais. De fato, se os fenômenos observáveis em escala local são, muitas vezes, produzidos em outras escalas, como já afirmamos acima, somos então “convidados” a, constantemente, refazeremos o trajeto local-global-local para que possamos enxergar com mais precisão os contornos da realidade.

Com isso, decerto, estamos de acordo com Haesbaert (2006a. p. 107), quando ele nos afirma que

A preocupação em delimitar geograficamente a questão/fenômeno que estudamos, atentando assim para as implicações que a definição de uma escala (concomitantemente cartográfica e geográfica)¹⁶ impõe, é um elemento central e ao mesmo tempo bastante desprezado em nossas pesquisas.

Destarte, independente da escala selecionada para análise, é imprescindível uma “recomposição escalar”, ou seja, uma observação atenta dos vetores e processos que compõem o objeto de estudo. Entretanto, no nosso entendimento, a microgeografia deve balizar sua análise nos fenômenos que, num primeiro olhar, se deduzem limitados, confinados, quase que esquecidos pelos olhares mais “globais”.

¹⁶ Nunca é demais frisar a diferença entre escala cartográfica e escala geográfica. A primeira expressa uma determinada extensão do terreno, representada numericamente por frações, demonstrando a relação de proporcionalidade entre a realidade e o mapa; já a segunda é “qualitativamente” diferenciada, relativa a uma ordenação espacial dos fenômenos (HASBAERT, 2006).

É de vital importância ressaltar a nossa recusa em trabalharmos geograficamente com a escala local *a priori*. Conquanto estejamos defendendo um outro olhar sobre os fenômenos que, a princípio, se inscrevem na escala local, entendemos que a análise deste mesmo fenômeno revelará uma multiescalaridade, que, aparentemente, estava encoberta, enxergando nele os elementos que interagem, direta e/ou indiretamente, interna e externamente, num movimento dialético entre realidade-teoria-realidade, ou local-global-local, ou ainda local-regional-local. Consequentemente pode parecer ao leitor que estaríamos propondo uma seleção de escala *a priori*, tornando assim o pesquisador um “refém” da escala local, todavia nossa intenção é afirmar, apenas, que, em algum momento de sua pesquisa, será necessário, sim, voltar o olhar para a escala local, caso contrário o pesquisador corre o sério risco de se prender a fatos superficiais que pouco ou muito pouco revelam sobre a realidade. Corroborando essa perspectiva, está Lima (2005. p. 48) ao escrever que o reconhecimento de “uma realidade social não é a mesma, dependendo da escala de observação escolhida [...].”

Prosseguindo em nosso raciocínio acreditamos estar, inexoravelmente, bastante vinculados ao lugar. Observando o lugar de maneira transescalar, em perene diálogo com as outras escalas, acreditamos estar reconhecendo o verdadeiro sentido global do lugar (MASSEY, 2000). Entretanto é importante fazermos ainda uma ressalva. O leitor mais atento pode estar se perguntando se entendemos lugar e local como sinônimos, significando uma desconsideração conceitual bastante grave em se tratando da temática deste texto. Porém essa não é nossa intenção. Entendemos o local apenas como a dimensão escalar mais próxima de nós, como o ambiente imediato em que realizamos nossas atividades cotidianas, em que somos produtores e produzidos, onde desenvolvemos nossas histórias de vida; e, rapidamente, por outro lado, o lugar, como já assinalado, se refere à porção espacial preta de sentimentos, o espaço vivido.

Retomando a leitura de Bernard Lepetit, que pensa a micro-história como um movimento analítico revolucionário da História, ele revela em suas críticas ao paradigma quantitativo que fascinava os historiadores e

A ausência de autonomia dos atores sociais e a saturação interpretativa dos esquemas analíticos são duas características que resultam desse postulado [quantitativo] e que justificam a rejeição do modelo pela *microstoria*. Porque o contexto que confere sentido ao ‘texto’ é, na escala da observação, uma invariante, a análise presta mais atenção ao sentido fixado pelo ‘texto’ que aos processos sociais, e particularmente aos conflitos de interpretação, que resultam na sua fixação. (LEPETIT, 1998. p. 86)

Desta forma, o referido autor também oferece destaque a uma visão mais “descentralizada”, menos focalizada no objeto de estudo, acarretando a escolha de um enfoque “transescalar” de observação. É fundamental salientar que o nosso projeto de “microgeografia” não tem a intenção de propiciar um inventário dos elementos relacionados ao objeto de estudo, como algo sob o título de “levantamento descritivo dos agentes interferentes em meu objeto de estudo”. Afirmamos que a observação e seleção dos fatores mais relevantes são atribuições do pesquisador, tendo em vista suas possibilidades metodológicas e seus objetivos.

Dando mais um importante passo para a construção de nossa proposta, acreditamos ter, finalmente, chegado ao ponto mais importante da “microgeografia”. Ao longo do texto procuramos deixar bem claro que a “microgeografia”, mesmo não se limitando à escala local, tem o sentido de descobrir nos “pequenos fenômenos”, correlações escalares que transitam pelas mais diversas dimensões. Neste sentido, grande parte de sua contribuição na tentativa de desvelamento da realidade está calcada na incansável procura de dar voz aos reais sujeitos da história, e, também, é claro, do espaço.

Rotineiramente grande parte dos pensadores, e até mesmo alguns estudantes, são tomados pelo medo de estarem manuseando saberes e teorias que lhes parecem, ao menos num primeiro momento, “inúteis”, “inócuos”. Estudos que podem levar a lugar nenhum, sendo esquecidos pelos futuros leitores, em outras palavras, conhecimentos que serão engavetados e postos à decomposição do tempo e à disposição da poeira. Sem querer entrar no mérito de julgar os trabalhos que são desenvolvidos nos mais diversos ambientes de pesquisa pelo Brasil, e pelo mundo, o que importa afirmar é que muitos destes, ao que tudo indica, não chegarão muito longe. É claro que grande parte desta “ineficiência acadêmica” é resultado da falta de possibilidades de difusão de tais estudos, não obstante, a verdade é triste e

melancólica. Entretanto nem tudo são trevas. Salvo ainda uma relevante parcela de estudos e projetos que alcançam profícuos resultados em suas respectivas áreas de atuação, pretendemos “revelar” que há, sim, uma alternativa para tangenciarmos os saberes engavetados e colaborarmos eficazmente com o meio social. Quando Revel (1998, p. 22) afirma que a micro-história tem como um de seus objetivos “não mais abstrair, mas, num primeiro momento, enriquecer o real, se assim se desejar, levando em consideração os aspectos mais diversificados da experiência social”, está claro para nós, impregnados pela visão geográfica, a busca pelos verdadeiros sujeitos que constroem a realidade social, que dão vida ao espaço geográfico, que efetivamente experimentam, em seu sentido mais amplo, o espaço.

Imbuídos pelo desejo de contribuir com uma realidade socioespacial mais igualitária e justa, atribuímos à “microgeografia” uma função expositora e difusora, nos moldes geográficos de abordagem desta realidade, evidenciando, através de seus conceitos, algumas facetas da realidade. Em outras palavras, apresentar o desdobramento socioespacial e transescalar da produção social do espaço, que muitas vezes não recebem a devida análise, permanecendo marginalizados. Desta forma, estamos caminhando de acordo com o pensamento de Souza Santos (2004), para quem estudo (geográfico) deve proceder com a preocupação de colaborar, de alguma forma, na elucidação da complexa realidade existente dada a intrínseca relação entre ciência e sociedade. Entretanto é fundamental esclarecermos que a nossa proposta de Microgeografia se limita a ser tão somente mais um recurso analítico da pesquisa geográfica.

Entendendo a ciência (social) por esse prisma (social), recorreremos a Michel Foucault. Este filósofo francês demonstrou bastante apreensão em relação à inércia com que sua pesquisa se encontrava, assim como à ineficiência, poderíamos dizer social, que seus estudos proporcionavam. Analisando o panorama científico dos anos 1950/60 do século passado, Foucault (2007) observa a emergência de duas características: primeiro é o caráter local da crítica aos saberes hegemônicos, em que nas palavras do próprio autor “se descobre nos fatos algo que de início não estava previsto, aquilo que se poderia chamar de efeito inibidor próprio às teorias totalitárias, globais.” Ainda segundo Foucault “o caráter essencialmente local da

crítica indica na realidade algo que seria uma espécie de produção teórica autônoma, não centralizada, isto é, que não tem necessidade, para estabelecer sua validade, da concordância de um sistema comum” (p. 169). Deste primeiro ponto é possível perceber a sua atenção em não minimizar os saberes não enquadrados nos modelos científicos modernos, encaixotados segundo as normas e padrões modernos e depreciados pelos ditos “eruditos”. Portanto estamos propondo a entronização como saberes científicos (e geográficos) dos conhecimentos, percepções, contribuições de sujeitos que até então não eram reconhecidos – ou então largamente marginalizados – , como também sugerimos a observação e (re)consideração de espaços que não eram contemplados pela ciência geográfica, tendo sua análise sido amplamente dominada por outros campos científicos, como o Serviço Social, a Sociologia, a Psicologia, o Direito etc. Estamos diretamente nos referindo às realidades, social e institucional, da população de rua, incluindo crianças e adolescentes, de jovens infratores, da população carcerária, dos doentes mentais, os quartéis etc.

A segunda característica está diretamente relacionada à primeira: “esta crítica local se efetuou através do que se poderia chamar de retorno do saber.” Com isso Foucault (2007. p. 169/170) pretende demonstrar que

Durante estes últimos anos encontramos freqüentemente, ao menos ao nível superficial, toda uma temática do tipo: não mais o saber mas a vida, não mais o conhecimento mas o real, não o livro mas a *trip* etc. Parece-me que sob esta temática, através dela ou nela mesma, o que se produziu é o que se poderia chamar insurreição dos saberes dominados.

Por saber dominado, entendo duas coisas: por um lado, os conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou sistematizações formais. Concretamente: não foi uma semiologia da vida asilar, nem uma sociologia da delinqüência, mas simplesmente o aparecimento de conteúdos históricos que permitiu fazer a crítica efetiva tanto do manicômio quanto da prisão; e isto simplesmente porque só os conteúdos históricos podem permitir encontrar a clivagem dos confrontos, das lutas que as organizações funcionais ou sistemáticas têm por objetivo mascarar. Portanto, os saberes dominados são estes blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos e que a crítica pode fazer reaparecer, evidentemente através do instrumento da erudição.

Em segundo lugar, por saber dominado se deve entender outra coisa e, em certo sentido, uma coisa inteiramente diferente: uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade. Foi o reaparecimento destes saberes que estão

embaixo – saberes não qualificados, e mesmo desqualificados, do psiquiatrizado, do doente, do enfermeiro, do médico paralelo e marginal em relação ao saber médico, do delinqüente etc., que chamarei de saber das pessoas e que não é de forma alguma um saber comum, um bom senso mas, ao contrário, um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam – que realizou a crítica.

Este longo trecho expõe, claramente, o que acreditamos como sendo a função primeira da “microgeografia”. O resgate dos saberes “menores”, inferiorizados e marginalizados, realizados por aqueles sujeitos ausentes nas mesas de discussões acadêmicas e nos estudos comumente produzidos. Destarte temos a certeza que a microgeografia não pode ser restringida, como pode parecer, a locais fechados como presídios, clínicas psiquiátricas, unidades de internação para jovens infratores etc., mas também deve perscrutar sob qualquer local em que o espaço e seus sujeitos estejam, de alguma forma, encobertos ou deletados da realidade, como lutas de bairro, disputas de terras, conflitos territoriais por recursos, políticas de recrudescimento da participação popular em processos públicos decisórios etc. Entretanto cumpre observar algumas advertências sobre o pensamento foucaultiano. Quando o referido autor reúne sob o mesmo desígnio “saberes eruditos” e “saberes desqualificados”, ele pretende descortinar, em nosso ponto de vista, a necessidade de uma reconsideração paradigmática da ciência moderna, outrossim a nítida inconcretude epistemológica de qualquer estudo científico (social) que obscureça os verdadeiros sujeitos produtores do espaço. Foucault dedica grande atenção à dimensão espacial da realidade, reforçando nosso entendimento de que a dimensão espacial é inexorável à construção da vida, pois, como estamos tentando asseverar desde as primeiras linhas “o espaço social não é um epifenômeno, ou seja, um simples ‘dado’ sem maior importância para a vida social. O espaço não é um mero produto das relações sociais, mas sim, também, um condicionador dessas mesmas relações.” (SOUZA, 2006. p. 109). Iluminados por estas palavras não é difícil compreendermos como, por exemplo, a territorialidade das facções criminosas do Rio de Janeiro em unidades de internação acaba por desembocar, dentro do próprio espaço da unidade e diretamente refletida no espaço público, em intensos conflitos político-ideológicos (armados) pela conquista de maiores lucros e de territórios

circunvizinhos e pela eliminação de rivais. Em outras palavras, acreditamos que a desconsideração da participação destes jovens na produção do espaço (carioca, em particular) empobrece, em grande medida, o entendimento da realidade socioespacial carioca, com este mesmo quadro devendo ser empregado para a população carcerária e seus presídios, para os “insanos” e suas clínicas, para os soldados e seus ambientes de reclusão, como os quartéis etc.

Uma advertência importante diz respeito ao posicionamento de Foucault quanto à insurgência dos “saberes dominados”. Foucault (2007, p. 171) acredita que a partir destas críticas

Delineou-se assim o que poderia chamar uma genealogia, ou melhor, pesquisas genealógicas múltiplas, ao mesmo tempo redescoberta exata das lutas e memória bruta dos combates. E esta genealogia, como acoplamento do saber erudito e do saber das pessoas, só foi possível e só se pôde tentar realizá-la à condição de que fosse eliminada a tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica.

Como já salientamos acima, o “saber dominado” é por nós entendido como aquele marginalizado dentro da ciência geográfica, entretanto é considerado como fato bastante relevante nas análises socioespaciais, ainda mais em uma metrópole como a carioca. Contudo, a referência feita ao termo “genealogia” (“pesquisas genealógicas múltiplas”) merece atenção (mais do que) especial. Entendemos que Foucault está propondo um resgate, ou melhor, uma reavaliação dos saberes tidos como científicos, pois esse estatuto científico desqualifica o “saber das pessoas”, pondo-o a margem do saber formal, e mais do que isso, é como se tratasse estas pessoas como seres inferiores em relação às nações “detentoras” da ciência, já que estes povos não estariam aptos a praticar uma ciência nos moldes formais estipulados. Esta separação impossibilita o enriquecimento da “ciência formal” com os relatos e experiências de vida das pessoas, tornando a ciência um campo naturalmente elitista e altamente segregador, indo na contramão de uma ideologia científica social. A ciência se torna, assim, mais uma instituição em favor do poder hegemônico, legitimando nações como cientificamente superiores e outras como inferiores. Não é de outra forma que podemos entender os inúmeros estudos, de origem, mormente européia, de cunho racista que atribuíam às populações africanas, por exemplo, o status de povos

primitivos e às nações brancas o papel de “divinos” condutores do desenvolvimento humano. Portanto com respeito ao projeto genealógico

Trata-se de ativar saberes locais. Descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. As genealogias não são portanto retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata, mas anti-ciências [no sentido de que são a antípoda do modelo de ciência formal, segregadora, desqualificadora]. [...] Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (FOUCAULT, 2007. p. 171)

Com isto, Foucault está sugerindo que os saberes científicos se contraponham não apenas contra o paradigma (“marginalizante”) da ciência, mas, sobretudo, contra o poder que estes conhecimentos dominantes infligem no seio da sociedade, em outras palavras,

A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de criação de saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. (FOUCAULT, 2007. p. 172)

Parece-nos que a genealogia foucaultiana é de um ímpeto bastante louvável, contudo seus resultados ainda parecem bastante tímidos. Pensando esta proposta nos termos geográficos entendemos que uma “genealogia espacial”¹⁷, dentro do âmbito das ciências, está em curso, uma vez que o espaço vêm sendo cada vez mais revalorizado, como bem nos mostra Souza (2007). Contudo esta “genealogia espacial”, enquanto estudo dos espaços e dos sujeitos espaciais marginalizados, nos remete a algo ainda mais profundo: a reconsideração do espaço como *locus* de relações de poder. A relação espaço e poder direciona nossa discussão diretamente para o conceito de território, questão conceitual já discutida acima e que será prolongada mais adiante.

¹⁷ Segundo o dicionário Aurélio, o verbete “genealogia” aparece com seis significados semelhantes: 1. série de antepassados; 2. estudo da origem das famílias; 3. estirpe, linhagem; 4. procedência, origem; 5. conjunto de descendentes dum indivíduo; 6. estudo da origem e formação do indivíduo ou da espécie.

Pensando conjuntamente espaço e poder, em que o território, tendo em vista um apurado rigor conceitual, emerge como o conceito mais adequado, permanecemos, muitas vezes, “entorpecidos” pela ideia de que a simples constatação de relações desiguais de poder são suficientes para responder as questões colocadas pelo real. Contudo, desta forma, estamos apenas tocando na superficialidade do real, deixando de entrever questões de relevo mais profundo e de maior premência para os sujeitos envolvidos. Visando, justamente, essa investigação mais “penetrante”, acreditamos que, além da verificação da assimetria nas relações de poder, é de vital importância a compreensão, entre outras indagações a serem formuladas pelo pesquisador, de quais são os instrumentos políticos, econômicos, culturais, utilizados pelos sujeitos hegemônicos; quais são os meios e os canais disponíveis para a construção de um movimento de reação/resistência dos sujeitos subalternizados; em que medida o Estado está comprometido com a defesa de interesses de ambas as partes, entre outras. É claro que não pretendemos esgotar aqui todos os possíveis questionamentos, citamos apenas alguns à guisa de exemplificação. Utilizando a terminologia consagrada por Massey (2000)¹⁸, as diferentes “geometrias do poder”, entendemos que não basta a identificação destas diferentes geometrias, mas é indispensável que nos debruçemos sobre como estas geometrias se construíram, quais são os sujeitos e as relações que as mantém vigentes, quais são as suas repercussões espaciais e nos sujeitos afetados pela sua ação.

A defesa de uma abordagem mais detida, mais atenta à realidade dos sujeitos, com a nítida preocupação em perceber as marcas proporcionadas pelos sujeitos e pelo espaço nos sujeitos e no espaço (verdadeiramente disposto a entender o movimento de *geografar*) em oposição aos estudos generalizantes é a nossa proposta, denominada microgeografia. Mas que de forma alguma, em que pese o seu título, tem a intenção, como já afirmamos alhures, de sobrevalorizar a escala (micro)local. O vocábulo “micro” tem por função realçar uma característica que para nós é fundamental: observar o que não está exposto no primeiro olhar, perceber o real por detrás de sua

¹⁸ Massey (2000) está pensando em diferentes “geometrias do poder” no que concerne à compressão espaço-tempo, observando os diferentes grupos sociais e seus distintos relacionamentos com as possibilidades de mobilidade, em que empresários e jornalistas se encontram numa extremidade e refugiados ou os moradores das favelas do Rio de Janeiro estão em situação diretamente oposta.

aparência, descortinar o que está encoberto. Neste sentido, recorreremos às palavras de Lima (2005, p. 58) quando sentencia que

A interpretação do espaço geográfico exige o reconhecimento de suas linguagens próprias, as linguagens dos territórios, resultantes de um feixe complexo de relações de toda natureza. Sendo a realidade territorial pluriescalar [e até mesmo transescalar], as interpretações variam de acordo com a escala escolhida.

3.2.

As “territorialidades faccionais”: o poder narcotraficante nos territórios do cárcere legal

Prosseguindo em nossa argumentação é válido ressaltarmos a importância do aspecto simbólico para que a territorialidade narcotraficante alcançasse, em “plenas barbas” do governo, tamanho êxito. Desde o surgimento das grandes facções narcotraficantes cariocas, os sentimentos de luta, lealdade e união sempre foram tidos como primordiais para que a resistência se mantivesse coesa e preparada para os possíveis conflitos. Por detrás do domínio do espaço prisional, num sentido material de conquista de espaço, pelas facções criminosas, está presente uma forte carga simbólica de resistência e poder perante o Estado e a toda a sociedade. A construção, dentro do espaço prisional, de verdadeiros espaços de resistência e contestação traz à baila uma matriz simbólica que não pode ser, de maneira nenhuma, ignorada. A criação do Comando Vermelho (CV) revela, atrelada aos ideais políticos, a inexorabilidade da posse de uma matriz espacial como elemento original de constituição de qualquer movimento que se proponha a reivindicar, protestar, resistir ou contestar alguma situação. O incentivo a luta é amalgamado tendo por base um espaço em que o sujeito se estabelece, se identifica e o define como seu. Não é de outra forma que a disputa territorial no presídio da Ilha Grande não pode ser entendida apenas como a luta por maiores espaços para as “falanges” envolvidas, mas, sim, como um combate pelo domínio de outros territórios que viriam a engrandecer o respeito à facção e que a tornariam mais poderosas, uma vez que o símbolo “CV”, seus líderes e toda a ideologia do CV seriam reconhecidos de imediato.

Ao focarmos nosso estudo na construção destas territorialidades estamos, automaticamente, nos referindo às facções do narcotráfico, pois o núcleo original, o elemento comum e identitário entre os indivíduos é, justamente, a sua filiação a simbologia, aos preceitos e às ideias estipuladas pelos diferentes “comandos”, que exercem poder de controle sobre a circulação de pessoas e de objetos. Com relação a grande participação e influência do poder do narcotráfico, este fato configura uma das maiores preocupações da equipe dirigente com relação à manutenção da segurança e da ordem no interior das unidades. Além da participação atuante de facções criminosas¹⁹, cita-se: o poder social originário do narcotráfico, a superpopulação carcerária e a corrupção e/ou intimidação de policiais, agentes penitenciários e autoridades públicas (CALDEIRA, 2004). Nas palavras de Santos, a

Distribuição das cadeias entre facções criminosas não é uma mera concessão ao crime; é um artifício usado pelas autoridades penitenciárias para tentar cumprir sua obrigação de garantir a integridade física dos presos. A mistura generalizada dos comandos geraria uma carnificina permanente atrás das grades. Mas, acima de tudo, a estratégia da “fórmula da paz” aplica o princípio maquiavélico de dividir para governar. (2007. p. 111/112)

O quadro apresentado nas linhas anteriores nos parece bastante próximo daquilo que Foucault (1977) concebeu como *biopoder*, sinalizando a passagem da sociedade disciplinar para a sociedade *biopolítica*. Nas palavras do próprio Foucault (p. 132),

Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi o elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos.

Além disso, o exercício das técnicas biopolíticas

Operaram, também, como fatores de *segregação* e de *hierarquização social*, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das

¹⁹ Neste estudo, cita-se como as de maior relevância, baseado nos depoimentos dos entrevistados, o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando (TC), Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigos dos Amigos (ADA).

forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornadas possíveis pelo exercício do bio-poder com suas formas e procedimentos múltiplos. (FOUCAULT, 1977. p. 133. grifos nossos)

Como já escrevemos acima e é por demais sabido pela maioria da população, pelo menos a carioca, as unidades prisionais, assim como as unidades de internação estão territorialmente divididas pelas diferentes facções criminosas que dominam a compra e venda de entorpecentes na cidade do Rio de Janeiro. Analisando o posicionamento teórico de pesquisadores europeus e norte-americanos sobre a situação e a participação do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, Souza (1995. p. 164) observa que “no contexto da escala mundial – aquela da rede internacional do tráfico de drogas –, o Rio de Janeiro assume quase que exclusivamente o papel de *um ponto de redistribuição*.” Todavia, segundo o próprio autor, é inegável

Que a importância de uma metrópole como o Rio de Janeiro enquanto *centro consumidor* de estupefacientes tem aumentado gradativamente ao longo dos últimos anos, hoje não sendo, de modo algum, desprezível, ainda que este tipo de consumo interno ao *Terceiro Mundo* naturalmente não represente, em termos de volume ou valor, o *filé mignon* do comércio internacional de drogas. (SOUZA, 1995. p. 164. grifos do autor)

Esta rápida passagem tem por mérito nos mostrar como o tráfico de drogas no Rio de Janeiro representa uma força para além das comunidades em que se instalaram e se tornaram, de fato, o poder dominante. Assim é interessante recorrermos ao passado para entendermos como ocorreu o surgimento dessas facções, para tanto o trabalho de Santos (2007) nos parece bastante importante.

Ao analisar a criação do CV, dentro do presídio da Ilha Grande – RJ na década de 1970, Santos (2007) está nos mostrando que a origem da maior facção criminosa do país foi gestada dentro de espaços controlados diretamente pelo Estado. O presídio da Ilha Grande, abrigando desde presos políticos até ladrões de banco, era, já naquela época, dividida territorialmente entre cinco grupos de presos – as “falanges” – que conviviam em constante conflito e, também ainda durante aquele período, controlavam as ações de seus comparsas do lado de fora. Ressaltando a

importância da formação de um “coletivo” suficientemente unido e leal para resistir aos inimigos e manter o controle sobre seu território, Santos (2007. p. 96) afirma que

O grupo embrionário dos ‘vermelhos’ era bastante coeso, movendo-se numa ‘fé cega’ de resistência e ódio. Impelidos no princípio de responder à violência das falanges rivais, embora estivessem restritos aos limites do território de sua parte da galeria pelo isolamento, passaram de ‘alunos’ a ‘professores’.

O nascimento do CV se anunciava sob os olhos e o consentimento do Estado. Em pouco o tempo a “Falange Vermelha”, como foi inicialmente conhecida, concretizou sua hegemonia territorial na penitenciária da Ilha Grande, estipulando um código próprio de comportamento: “A Disciplina” (SANTOS, 2007), como também ocorre nas unidades de internação.

O poder do CV, como era de se esperar, não se limitou apenas ao domínio do presídio da Ilha Grande, passando a organizar, através de estratégias de comunicação entre os demais presídios e as favelas, ações que permitissem o crescimento da facção. Acresce-se a esse cenário e às medidas políticas de segurança brizolistas assinaladas acima, o fator “assistencialista” adotado pelo CV nas comunidades carentes, que foram dominadas sob o argumento de que os “vermelhos” fariam tudo o que o Estado não fez, proporcionando, desta forma, uma espécie de legitimação do narcotráfico nas favelas, já que “o sentimento de revolta social foi explorado positivamente pelo CV, estabelecendo uma ‘relação orgânica’ com o povo da favela.” (SANTOS, 2007. p. 102)²⁰. A favela, então, passava a figurar entre os territórios controlados pelo poder narcotraficante, que exercia plena influência, simbólica e material, tornando-os locais em que a “narcopolítica” se instaurou, construindo efetivos territórios de resistência e contestação ao poder do Estado. Destarte a organização reticular favelas-presídios se estabelece como os territórios de desenvolvimento e de regulação do narcotráfico carioca, sendo, majoritariamente, realizado em acordo com grande parte das forças policiais corruptas, que a essa altura, já não protagonizavam com o vigor necessário o papel de coibição ao tráfico de drogas e aos demais crimes relacionados (como roubos de carro, tráfico de armas,

²⁰ É, no mínimo, curioso o fato de um dos nossos jovens entrevistados saber como ocorreu a criação do CV, apontando datas e nomes apesar da sua pouca instrução e da sua pouca idade.

consumo de entorpecentes etc.). É válido lembrar que o CV não foi a única facção formada ao longo do regime militar, uma vez que a Ilha Grande também assistiu a organização do TC com vistas a disputar os pontos de vendas de drogas na cidade e as alas e unidades dos presídios, que serviam, como já podemos perceber, como pontos de encontro e discussão entre os líderes presos.

Por conseguinte, o Estado se vê diante da constituição de genuínos territórios de contestação, constituídos de maneira sobreposta ao território da “lei”, que se impõem de maneira explícita contra todos os indivíduos diferentes, ou seja, que não pertençam à mesma filiação criminosa. Diante desse quadro, acreditamos estar diante de uma variável daquilo que Haesbaert (2007) chama de territorialização precária praticada pelos internos das unidades prisionais. Segundo o mencionado autor

Apesar da expressão territorialização precária fragilização e desenraizamento, ou seja falta de ‘marcas’ territoriais claras, ela aparece frequentemente na forma de territórios relativamente fechados ou de enclausuramentos temporários – fechamentos estes, contudo, comandados mais de fora para dentro, seja pelos principais responsáveis pela formalização do apartheid, da separação, como o próprio Estado e os grupos dominantes, seja através de grupos para-estatais que impõem a contenção temporária e o controle seletivo da mobilidade, fortalecendo-se na comunicação em rede comunicação em rede com outros territórios [...]. (2007. p. 11)

Entendemos que a situação de clausura aliada aos diferentes posicionamentos político-ideológicos, encontrados dentro do presídio da Ilha Grande, promoveram a constituição de uma territorialização precária, por parte dos presos, pois estes tiveram que se enquadrar aos parâmetros impostos pelas autoridades para sobreviverem aos maus-tratos e aos conflitos com os rivais, uma vez que o seu território consistiria no seu refúgio, no local em que poderiam alcançar, de alguma forma, proteção e camaradagem²¹. De fato, os presos daquela época foram capazes de tornarem a sua territorialização precária em uma territorialidade coesa e legítima, que extravasou os limites da ilha e atingiu as favelas cariocas, proporcionando uma outra territorialização precária, desta vez bastante afeita às palavras de Haesbaert (2007) e corroborada pelo pensamento de Souza (2006).

²¹ Como bem afirma Haesbaert, apoiado em Agamben, “ninguém pode estar completamente destituído de território, mas precariamente territorializado – seja pela mobilidade em territórios frágeis e provisórios (como os acampamentos e ‘tetos’ temporários) seja através da fixação pela contenção em territórios muito precários (como os verdadeiros guetos).” (2007. p. 29/30).

A consolidação reticular do território narcotraficante, entre as próprias favelas, entre os presídios e entre ambos, sinaliza o processo de *contenção territorial em sentido estrito* teorizado por Haesbaert (2007). O autor (2007. p. 22) escreve que esse processo territorial contemporâneo corre em paralelo

Aos processos de desterritorialização enquanto precarização das condições territoriais de reprodução dos grupos sociais, tanto no sentido de domínio (mais concreto) que podem exercer na construção (e manutenção) de seus territórios, quanto no dos elos de identificação e/ou apropriação simbólica.

Entretanto, os indivíduos situados na parte “de baixo” da pirâmide social, cujo fechamento/segregação é imposto pela parte “de cima”,

Podem vivenciar, concomitantemente, uma auto-contenção, pois mesmo em meio a condições materiais extremamente precárias, podem forjar iniciativas que manifestam processos de resistência, garantindo-lhes um mínimo de coesão – pelo menos ao nível mais simbólico, no sentido de que seus territórios reflitam, em parte, pelo menos, o seu reconhecimento enquanto grupo, social e, muitas vezes, também, culturalmente distinto. (HAESBAERT, 2007. p. 22)

Entendemos que o panorama demonstrado acima, sobre a criação das maiores facções criminosas de venda de drogas do Rio de Janeiro no presídio da Ilha Grande, está diretamente relacionado ao processo apontado por Haesbaert (2007), em que a contenção em presídios possibilitou a construção de territorialidades, por parte dos presos, primeiro com o objetivo de defesa e de reivindicação política e, em seguida, se desenvolveu com o fito de contestação à situação de penúria e maus-tratos praticados pelo Estado nas comunidades em que a maioria dos enclausurados era oriunda. Não é ocioso frisar que, hoje em dia, a ideologia do Comando Vermelho se perdeu, predominando, apenas, o ideal do lucro aliado a falta de perspectiva de ascensão social, ainda permanece como uma atração à maioria dos jovens carentes. A influência que as facções narcotraficantes exercem sobre os jovens é bastante grande, a ponto de um dos internos entrevistados, pertencente ao próprio CV, afirmar que o “CV representa tudo” em sua vida e que o “CV vai estar comigo até a morte”; e outro jovem, membro da ADA, assegurar que para ele a sua facção “é como se fosse um pedaço de mim. A ADA 'tá' no meu coração sempre”.

Neste momento torna-se premente a construção de uma análise das territorialidades instituídas dentro de um ambiente de cárcere legal com vistas a perceber o quão espinhoso e intricado é esse campo de poder.

Primeiramente, observamos que o território das unidades “antes de ser funcional, ‘possessivo’, é ‘um resultado da arte’, expressivo, dotado de qualidade de expressão” (DELEUZE & GUATTARI, 2002 apud HAESBAERT, 2006. p. 50), nos permitindo entender que as territorialidades não são apenas visualizadas pelos seus limites, pelas suas demarcações físicas, mas, também, pelas representações simbólicas que, nem sempre, são apreendidas pelos olhos, tornando o entendimento de tais territorialidades mais complexas. Todavia, não é correto afirmarmos que estes territórios são correspondentes ao das sociedades tradicionais, como as indígenas²², pois neste caso estaríamos atribuindo um valor de identidade, de pertencimento desproporcional, mais ainda, ilegítimo, posto que as sociedades tradicionais estabelecem vínculos identitários, da mais variada sorte, milenares com o território em que vivem. Esta expressividade acima mencionada refere-se à alusão sempre presente que estes jovens e adultos manifestam quando de sua inserção na unidade e, na posterior, construção de sua territorialidade. Os laços tecidos entre ele e o poder do narcotráfico são refletidos na configuração de seus espaços no interior das unidades, assim como são respeitados pelo poder institucional através da “faccionalização” ou “política da paz”, citada acima.

O primeiro território identificado é a própria unidade, como um todo, que serve de substrato físico básico para o desenrolar de (múltiplas) territorialidades (sobrepostas). Este é um espaço delimitado e com um fim bastante explícito, qualificando-se, nos termos de Haesbaert (2006), num território de tradição jurídico-política. Tal tradição, segundo Haesbaert, tem como grande pensador o geógrafo alemão F. Ratzel, que associou o conceito de território “aos fundamentos materiais do

²² Bonnemaision e Cambrèzy são autores que se referem à proeminência de um território “cultural” sobre o território político e, até mesmo, econômico. Bonnemaision e Cambrèzy (1996. p. 10 apud HAESBAERT, 2006. p. 72) afirmam que “O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com mais razão precede o espaço econômico.”

Estado” (p. 62)²³. Portanto os territórios do cárcere legal são destinados à tentativa de máximo controle da vida de uma determinada população. Desta forma, há um rígido controle de acesso, de circulação, de conduta. O poder controlador definiu segundo parâmetros próprios, em função do arranjo espacial da unidade. Definiu-se onde seriam os alojamentos, as celas, o refeitório, as salas de aula, as salas administrativas, enfim, tudo, para que possa haver um bom funcionamento.

A entrada dos funcionários e, principalmente, dos enclausurados neste certame é responsável pelo desenho de um novo cenário, em que outros atores (agentes) entram em cena (no circuito). Estes agentes, ao criarem os seus marcos referenciais, se tornam elementos construtores de territorialidades que antes não havia, dotando diferentemente os seus espaços, com seus símbolos e valores particulares. Esta diferente atribuição de símbolos e valores aos espaços podem fazer com que não sejam utilizados da maneira como a instituição havia previsto – como as considerações que fizemos acima sobre os modos de trabalho dos funcionários.

Podemos afirmar que as salas administrativas e as guaritas de segurança, que controlam a entrada e saída de transeuntes, são os espaços em que a equipe dirigente exerce plenamente o seu poder. São caracterizadas pela formalidade que o trabalho lhes impõe, neste sentido as manifestações “artísticas”, de “expressão”, de que nos falam Deleuze & Guattari (2002 *apud* HAESBAERT, 2006) são de outra tonalidade, de outro conteúdo, posto que são frutos de uma construção (i)material que tem por base um agente diferente, o agente do Estado. No entanto, o aspecto que melhor revela o território dos “funcionários” não se encontra exposto manifestado nas paredes sob qualquer forma simbólica, mas, de fato, são os próprios funcionários que transmitem, sob a forma de sua autoridade, o valor que é atribuído aos seus espaços de trabalho. Em outras palavras, é como se os enclausurados, principalmente os jovens das unidades de internação, visualizassem na figura de cada agente uma espécie de “carga representativa de poder (autoritário)” que estes exercem sobre os seus espaços determinados. Neste sentido, estes espaços passam a ser como que

²³ Haesbaert (2006) faz um interessante ensaio da concepção ratzeliana de território, demonstrando sua influência por fatores de ordem biogeográfica (o solo – ‘espaço vital’) e espiritual, não restringindo a análise de Ratzel apenas ao aspecto do Estado.

representantes, para toda a população interna, da autoridade da equipe dirigente e, por conseguinte, se tornam territorialidades, onde o poder, entranhado nos interstícios espaciais, é refletido sobre os atores que dele se utilizam. Acrescentamos que as áreas de circulação, como corredores e os pátios, são também marcadamente influenciadas pela “conduta territorial” dos funcionários, em que o seu domínio é visivelmente percebido pela forma como os jovens se comportam nestes locais, sempre de mãos para trás e de cabeça abaixada, em sinal de respeito ao vigilante que lhe observa.

Entretanto, no caso das unidades prisionais esta realidade é um pouco diferente. Nestes locais os sujeitos que representam essa carga simbólica de poder, de liderança não provêm do poder legal, mas do próprio poder narcotraficante: os “chefões”. Esses sujeitos são os porta-vozes da população encarcerada com o poder legal e são os responsáveis pelas atitudes que serão tomadas pelos seus representados. Isto fica bastante claro quando Amorim (2003. p. 198 *apud* Santos 2007. p. 103) relata o encontro entre autoridades públicas e líderes dos detentos em Ilha Grande:

A autoridade pública é recebida por um dos “vermelhos”, um dos novos xerifes da prisão, Rogério Lengruber, o Bagulhão. O representante do Comando Vermelho veste bermudas, sandálias havaianas e camiseta. Mete o dedo na cara do secretário de Justiça e comunica a ele que os presos estão cansados de ouvir blábláblá do governo. Esperam medidas concretas e imediatas. A visita ao “Caldeirão do Diabo” [como era conhecido o presídio de Ilha Grande] é cheia de incidentes. Os presos desfiam um rosário de críticas e reivindicações. William da Silva Lima [mais um dos líderes] faz um discurso de vinte minutos. [...] é aplaudido em delírio.

Este fato colabora para entendermos que este poder (autoritário) exercido pela equipe dirigente e pelos líderes narcopolíticos, transplantada em suas territorialidades só é válido porque há, em contrapartida, um respeito, uma aceitação desta autoridade por parte dos internos. Isto significa dizer que “poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são elas consideradas sinônimos por terem a mesma função.” (ARENDDT, 1985. p. 23/24 *apud* SOUZA, 2006a. p. 79). Sendo assim, prosseguimos com Arendt (1985. p. 24 *apud* SOUZA, 2006a. p. 80) ao afirmar que

O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder [...] desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece.

Esta “habilidade humana” é presentemente sentida e validada pelos internos nos espaços da unidade. É importante fazermos menção ao fato de que o “território, [...] enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico [...]” (HAESBAERT, 2006. p. 93). O que não quer dizer que ela não seja, de alguma forma, contestada. Este fato abre caminho para a exposição da territorialidade dos jovens, que se configura em diferentes situações e de diferentes formas.

Destarte somos levados a compreender que os sujeitos dominados utilizaram o espaço para se fazerem ouvidos e conhecidos, para exporem às autoridades os seus problemas e as suas propostas. E é somente através da pesquisa espacial, envolvendo tanto os sujeitos como os símbolos utilizados, que será possível reconhecer a intrínseca relação espaço-narcotráfico presente no Rio de Janeiro. Pensando particularmente na formação do CV, a união entre lideranças politizadas e um território definido geraram a expectativa de sua legitimação, por parte do poder legal, tanto que Santos (2007. p. 103) afirma que

Foi um erro incomensurável da parte do poder governamental achar que homens como Rogério Lengruher (Bagulhão) não teriam representatividade entre a massa carcerária. O “coletivo” [termo para designar a união dos presos em torno de uma mesma facção] já dominava a cultura prisional e para corresponder à legitimidade da representação dos detentos foi criada, sob influência do Comando Vermelho, a Comissão Interna dos Direitos do Apenado (CIDA).

Retomando a abordagem territorial, entendemos que assim como os funcionários e os “chefões” transportam sobre os ombros a sua territorialidade através de sua autoridade, os enclausurados também não limitam suas territorializações aos dormitórios e celas. Eles, durante todo o dia, incorporam as territorialidades e as

carregam por onde quer que passem. O que queremos dizer é que, no nosso entender, as territorialidades não se restringem àquela porção do território “apropriada e defendida”, mas elas estão presentes de maneira inexorável à vida dos indivíduos, tornando-se visível pela forma como eles constituem suas relações socioespaciais. Haesbaert (2006, p. 74) assegura que “ao falar-se em territorialidade estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e muito menos esgote as características do território.”, e acrescentamos a idéia de que a territorialidade se faz perceber não apenas em seu aspecto espacial, material, mas, também, individual. Acreditamos, portanto, que a territorialidade não deve ser apenas vista sobre seu aspecto objetivo, sendo fundamental, pelo menos em nosso caso, que seja também considerado em seu teor subjetivo e interpessoal. Cabe a ressalva de que as territorialidades não são construídas de maneira apenas subjetiva, o que poderia sugerir a concepção do espaço como um ator vivo *per se*, mas o seu aspecto mais relevante, em nosso entender, é justamente essa possibilidade de permanecer imbricada na personalidade de cada um dos internos, sendo visivelmente percebida e sentida e, assim, ganhar essa característica de corporeidade, de sentimento materializado na escala individual.

É desta forma que

Entendendo o território [e a territorialidade] em sentido amplo, percebemos que essa ‘necessidade territorial’ ou de controle e apropriação do espaço pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados do poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião [e acesso à liberdade, acrescentaríamos] etc. (HAESBAERT, 2006, p. 340)

Todo esse “cenário territorial” exposto pode ser concebido como a complexa rede de relações socioespaciais em que se fundamenta a dinâmica funcional dos territórios do cárcere legal no seu interrelacionamento com o respectivo público alvo. Acreditamos estar mediante a combinação de territórios que, ao se super e justaporem, definiram toda essa peculiaridade espacial que estamos retratando, onde internos circulam por diferentes territórios, dotados de parcelas expressivas de poder, em sentido amplo, e interagindo diretamente com esses territórios e com os

indivíduos, tem de criar os seus próprios mecanismos de defesa e de socialização, sob o risco sofrer alguma forma de violência. Portanto estamos diante daquilo que Haesbaert (2006. p. 342) chama de “territorializações mais flexíveis, que admitem ora a sobreposição (e/ou a multifuncionalidade) territorial, ora a intercalação de territórios [...]”. Valorizando a “‘integração’ de suas múltiplas dimensões [simbólica, política, social]”, as unidades podem ser “vista[s] através das relações conjuntas de dominação e apropriação, ou seja, de relações de poder em sentido amplo” (HAESBAERT, 2006. p. 340). E é exatamente neste entremeado contexto que “para um indivíduo ou grupo de pessoas podemos falar numa territorialização como construção de uma ‘experiência integrada do espaço’” (p. 341), em que

Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi)territórios interagindo, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço. (HAESBAERT, 2006. p. 341)

Finalmente destacamos o fato bastante interessante nesta “experiência integrada do espaço” que é a possibilidade de, mesmo num espaço de liberdade restrita, podemos estabelecer uma relação múltipla com territórios diversamente distintos, demonstrando que nem mesmo barreiras físicas, como altos muros, são capazes de impedir uma “transação espacial”. Destarte acreditamos ser constituída uma espécie de rede territorial do cárcere, em que é fundamental ter em mente a distinção entre territórios (no sentido de territórios contínuos) e redes, destacando-se “se a rede *junta, articula, interliga*, o território *abriga, protege, agasalha*.”, dessa forma se está diante “de uma ‘dialética’ entre ‘abertura’ e ‘fechamento’, que constituem dois pólos igualmente imprescindíveis.” (SOUZA, 2006. p. 554. grifos do autor). A efetiva possibilidade de construção reticular dos territórios, tanto dentro das instituições totais, quanto entre estas e as favelas, nos revela um verdadeiro emaranhado de territórios em disputa, sobreposição, justaposição, por um lado, e de cooperação e solidariedade, por outro. Assim somos levados a concordar com Haesbaert (2006a) quando afirma que “o que deve perturbar e incitar o trabalho é perceber que muitos fenômenos participam de redes locais ou regionais, outros de

redes nacionais/mundiais, e muitas são as descontinuidades e os entrelaçamentos.” (p. 114).